

**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

<b>PREGÃO ELETRÔNICO Sistema de Registro de Preço SRP Nº 010/2025</b>			
<b>Processo Administrativo Digital nº394/2025</b>			
<b>RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO</b>			
Abertura da sessão pública: <b>dia 26/08/2025 às 09:00:00</b> (horários de Brasília), no sítio <a href="https://licitanet.com.br">https://licitanet.com.br</a>		Limite para solicitação de esclarecimentos <b>21/08/2025 às 14:00:00</b> (horários de Brasília)  Art.23 – decreto Fed. 10.024/2019  Limite para pedidos de impugnações <b>21/08/2025 - 14:00:00</b> (horários de Brasília)  Art.24 – decreto Fed. 10.024/2019	
<b>OBJETO: Registro de Preços para locação de máquina pesada( rolo compactador) para atender as demandas da Obras/SEMOSP. (SEMOSP), Valor estimado R\$ 219.600,00 ( Duzentos e dezenove mil e seiscentos reais).</b>			
<b>Formação de registro de preços</b>	<b>Visita técnica</b>	<b>Minuta de contrato</b>	
<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	
<b>Tipo da licitação</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Intervalo mínimo entre lances</b>	
<b>Menor preço por Lote</b>	<b>ABERTO</b>	<b>R\$ 100,00</b>	
<b>Os documentos de habilitação são os constantes no Anexo III do edital.</b>			
<b>Licitação Exclusiva para a ME/EPP?</b>	<b>Reserva de Cota para a ME/EPP?</b>	<b>Prioridade para a ME/EPP local ou regional?</b>	<b>Exige amostra?</b>
<b>Não</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>Prazo para envio da proposta definitiva e documentos complementares: <u>02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.</u></b>			
<b>Telefone para contato: Mauro Cesar Costa Secretario responsável</b>		<b>E-mail:</b> <a href="mailto:pregoaria@pimenteirasdoeste.ro.gov.br">pregoaria@pimenteirasdoeste.ro.gov.br</a> ou <a href="mailto:cplpimenteiras@gmail.com">cplpimenteiras@gmail.com</a>	

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

## **EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE - RO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

**MODO DE DISPUTA ABERTO**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste - RO, por meio da Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos Administrativos, sediada Av. Brasil , nº 893 - Bairro Centro , CEP 79.997-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), Decreto Municipal Nº 200/2023 de 28 de Dezembro de 2023, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20/09/2019, Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de Outubro de 2016, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **Registro de Preços para locação de máquina pesada( rolo compactador) para atender as demandas da Obras/SEMOSP. (SEMOSP), Valor estimado R\$ 219.600,00 ( Duzentos e dezenove mil e seiscentos reais).**conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

1.2. A licitação será realizada por lote , conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

As despesas decorrentes da contratação dos serviços do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento 2025

1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

1.4. Da retenção dos impostos:

- a) Será efetuado a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda – IR quanto aos pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas premissas constantes na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e seus anexos, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal. Em conformidade com o Decreto Municipal Nº 160/2023 de 31 de Outubro de 2023;
- b) Serve o presente como comunicação às pessoas jurídicas contratadas para que observem o disposto no Decreto retromencionado.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a Administração opte, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1 e 7.12.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor ou desconto do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Modelo;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- 5.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 (dez centavos).
- 5.13. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.14. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.15. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.15.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.15.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

5.15.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.15.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.15.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.23.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

5.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.23.2.2. empresas brasileiras;

5.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](#)

5.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.24.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.24.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



6.11.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda autenticada por servidor da Administração Pública de qualquer das esferas públicas.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no HABILITANET serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.9.2. Os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.10. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.pimenteirasdoeste.ro.gov.br>.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
  - 9.2.2. multa;
  - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração,

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: <https://licitanet.com.br> e Por email: [cplpimenteiras@gmail.com](mailto:cplpimenteiras@gmail.com) e [pregoaria@pimenteirasdoeste.ro.gov.br](mailto:pregoaria@pimenteirasdoeste.ro.gov.br)

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DO REAJUSTAMENTO**

11.1. O reajuste de preços para mais ou para menos, somente será aceito se comprovado o mesmo através das pesquisas mercadológicas efetuadas pela administração, sendo neste caso mantido o percentual de desconto apurado pela administração no certame licitatório. Este critério regulará a ata de registro de preços durante a vigência.

11.2. Os produtos somente serão reajustados se houver alteração de valores devidamente comprovados, durante a vigência da ata, desde que respeitado o estabelecido no subitem “11.1.”.

## **12. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO:**

12.1. **Conforme termo de referência.**

## **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

13.1. Homologado o resultado da licitação, os fornecedores classificados serão convocados para assinar a ata de registro de preços, na forma da Minuta da Ata conforme Anexo X nas condições previstas neste Edital, dentro de cinco dias úteis, com o objetivo de registrar formalmente proposta de preços para futuros fornecimentos do objeto deste Pregão. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração;

13.2. A Ata de Registro de Preços estará integralmente vinculada ao presente Edital, inclusive a seus demais Anexos, em todas as suas cláusulas, e às Propostas recebidas e homologadas por ocasião da sessão pública do certame, independentemente de transcrição, bem como obedecerá na íntegra a Lei 14.133/2021 e a toda a legislação pertinente;

13.3. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, depois de cumpridos os requisitos de publicidade;

13.4. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições;

13.5. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, a PREFEITURA DE PIMENTEIRAS DO OESTE - RO poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

13.6. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o artigo 80 da Lei 14.133/2021.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

13.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#), podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme [artigo 106 da Lei nº 14.133/2021](#).

13.8. Durante a vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os classificados remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a ata de registro de preços do respectivo percentual registrado, nas seguintes hipóteses:

- a) Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequentemente cancelamento da ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior.
- b) Os classificados terão o mesmo prazo estabelecido no item 13.1. para assinar a respectiva ata, atendendo assim o saldo remanescente e o período da ata.
- c) Os detentores das atas não eximirão das penalidades correspondentes, nas hipóteses de inexecução contratual.

13.9. Constituem motivos para cancelamento da ata de registro de preços as situações referidas no item 9 e seus subitens da Ata de Registro de Preços constante do Anexo X deste edital.

#### **14. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1. O gerenciamento do Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Secretaria demandante:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do produto registrado;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- b) monitorar trimestralmente, os preços do produto, de forma a avaliar o mercado, podendo rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados;
- c) notificar o fornecedor registrado, via e-mail ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;
- e) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na Ata, bem como comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas;

14.2. As pesquisas de mercado, atendendo à conveniência e ao interesse público, poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, assim como serem utilizadas pesquisas efetuadas por órgãos públicos;

14.3. A Coordenação do Almoarifado auxiliará o Setor Orçamentário nas pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação.

## **15. DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

15.1. Os preços registrados, a especificação dos procedimentos, o quantitativo, as marcas, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes da Ata;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

15.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores;

15.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Setor Gerenciador deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada;

15.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o órgão gerenciador, poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento;

15.5. Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro;

15.6. **Será considerado preço de mercado, o que for igual ou inferior à média daquele apurado pelo Setor que efetuou a Pesquisa de Mercado;**

15.7. As alterações de preços oriundas de revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia;

15.8. Durante sua vigência, a ata de registro de preços, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, observado o disposto no art. 86, da Lei 14.133/2021.

**16. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

16.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

16.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

16.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

16.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

16.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

16.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **17. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS:**

17.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

17.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

17.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

17.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

17.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

17.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

17.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

17.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



17.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

17.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

17.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **18. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

18.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- d1) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

18.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

18.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **19. DA PUBLICIDADE:**

19.1. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site oficial do município e Arom , ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



## **20. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

20.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

20.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

20.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

20.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

20.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

20.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

20.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





## **21. DOS ACRÉSCIMOS DE QUANTITATIVOS:**

21.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

## **22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

22.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereços eletrônicos <https://licitanet.com.br> e <https://www.pimenteirasdoeste.ro.gov.br>

22.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Declaração de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação

ANEXO III – Documentos de Habilitação

ANEXO IV – Carta Proposta

ANEXO V – Minuta do Contrato

ANEXO VI – Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

ANEXO VII – Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP)

ANEXO VIII – Declaração de Inexistência de Servidores Públicos no Quadro de Pessoal.

ANEXO IX - Declaração de Inidoneidade conforme modelo constante do Anexo IX.

Pimenteiras do oeste - RO, 16 de Junho de 2025.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA 17/SEMOSP/2025

## INTRODUÇÃO

O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concerning às contratações públicas ao Art. 37, XXI, da CF/88, aplicando-se a Lei Nº 14.133/21 artigo 6º inciso XLI, bem como normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão futura aquisição. Sendo este pregão eletrônico para realização de **registro de preço** conforme lei 14.113/2021 artigo 6º inciso XLVI.

### 1. DO OBJETO

Locação de máquina pesada para atender as demandas da Obras/SEMOSP.

Máquinas para compactação;

**Rolo Compactador:** Utilizado para compactar solo, asfalto e outros materiais de pavimentação, garantindo uma base sólida e uniforme para estradas e outras infraestruturas. Classificação: Compactação de solo e pavimentação.

Se requer 180 diárias, que será usufruído conforme a necessidade da secretaria, e possível prorrogação dependendo dos serviços e sua necessidade.

Este termo de referência está fundamentada /vinculado juntamente ao ETP.

### 2. DESCRIÇÃO DOS ITENS/QUANTIDADES

Ficha nº 152

Manutenção e conservação vias públicas e estrada

3.3.90.39.00 - Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

Item	Descrição	Und.	Quantidade
01	LOCACAO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR PÊ DE CARNEIRO. Potência básica líquida 100 HP, Peso Bruto 10.380 KG, MOTOR A DIESEL, BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM CUSTO DE MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, DESLOCAMENTO, COMO TAMBÉM OPERADOR DE MÁQUINAS, POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. OBS: A quantidade de diárias/Rolo compactador, serão solicitadas de acordo com a demanda da administração municipal	DIAS	180

### 2.0 DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, b da Lei 14.133/21)

A contratação está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar nº 22/2025 no ID nº 27840, que analisou a necessidade do fornecimento dos material mencionados no item 3º, A presente contratação se faz necessária para atender à demanda de serviços de compactação de solo, de infraestrutura e manutenção



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

viária. A utilização de um rolo compactador é indispensável para assegurar a uniformidade e a densidade adequada do solo, promovendo maior resistência mecânica e evitando problemas futuros como recalques e deformações. O equipamento será empregado em atividades que exigem alto desempenho na preparação de bases e sub-bases, contribuindo para a qualidade, durabilidade e segurança das intervenções realizadas, e a nossa secretaria não tem esse equipamento.

Conforme especificado no ETP O objeto da aquisição está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, publicado no site oficial do Município.

### **3.0 JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE (Art. 6º, XXIII, i da Lei 14.133/21)**

As quantidades a serem contratadas foram baseadas no consumo anual das unidades administrativas, tendo como base as demandas registradas no sistema compras, processo anterior, memórias de cálculos, nas solicitações de compras enviadas pelas secretarias e unidades e também no Planejamento Anual de Compras e Contratações das unidades - 2024.

Serviço 180 diária, para a secretaria de obras trabalhar para o município, dados de quantidade de item passado por Gilberto Pereira Santos que estava no cargo Diretor - geral de obras e serviços públicos da SEMOSP que trabalhava no setor e sabia da necessidade e também baseado no processo anterior conforme especificado no ETP.

**Consumo Anual das Unidades Administrativas:** A demanda foi avaliada com base nos registros históricos de consumo da unidade administrativa Obras/SEMOSP.

**Solicitações de Compras:** As quantidades foram ajustadas conforme os registros, foram consultados no sistema de compras e nas memórias de cálculos disponíveis.

**Planejamento Anual de Compras e Contratações 2024:** A previsão de compras para o ano de 2024 foi revisada e ajustada conforme o planejamento anual das unidades, garantindo que as quantidades a serem adquiridas atendam às necessidades projetadas para o período.

As quantidades foram calculadas para cobrir o período anual, garantindo que a unidade tenha a quantidade necessária para atender às suas operações sem interrupções. Este planejamento detalhado assegura que a aquisição será adequada para suprir a demanda e manter a eficiência operacional das unidades administrativas ao longo do ano.

**Valor total por 180 diárias: R\$ 158.819,40 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e dezanove reais e quarenta centavos),** Valor este conforme o processo 39/2023, cotação por what e pesquisa no link, sendo este somente um valor **estimado**, o valor real será o da cotação realizada pelo setor de compras.

### **4.0 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (Art. 6º, XXIII, c da Lei 14.133/21)**

A solução proposta envolve a locação de máquina pesada, rolo compactador. Esse equipamento é essencial para a realização de obras de infraestrutura e manutenção urbana e rural.

A locação inclui a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, garantindo sua disponibilidade e operação eficiente por conta da contratada, operador da máquina capacitado, se a máquina chegar parar por motivos de manutenção o concerto será de responsabilidade da empresa, caso o concerto demore terá que ser substituída, tendo prazo máximo de 2 dias, os dias que ficar parada não será remunerada, foi solicitada 180 diárias que serão usufruídas conforme a necessidade da secretaria.

A empresa ganhadora deve ter a máquina e operador da mesma disponível conforme a secretaria solicitar, conforme a necessidade do trabalho realizado pela secretaria.

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **5.0 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, d da Lei 14.133/21)**



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Crerios de sustentabilidade relevantes para a aquisição ou execuo dos serviços, como logística reversa. Se solicita que a empresa este em dias com suas certidoes, que tenha certidao da INMETRO, as condioes de execuo será que tenha a disposio a máquina justamente com o operador/motorista para a necessidade dos serviços da secretaria, conforme a secretaria solicitar tendo o prazo máximo de 2 (dias) dias para se apresentar ou justificar, caso contrário recebera sano/punio conforme inciso n 11.

A manuteno preventiva e corretiva dos equipamentos, garantindo sua disponibilidade e operao eficiente por conta da contratada, operador da máquina capacitado, se a máquina chegar parar por motivos de manuteno o concerto será de responsabilidade da empresa, caso o concerto demore terá que ser substituída, tendo prazo máximo de 2 dias, os dias que ficar parada não será remunerada.

Operador/motorista habilitado.

Não exigimos ou indicamos marcas ou modelos

Indicao de marcas ou modelos (**Art. 41, inciso I, da Lei n 14.133/2021**);

Vedao de marca ou produto (**Art. 41, inciso III, da Lei n 14.133/2021**);

Não exigimos amostras

Exigência ou não de amostra (**Art. 17, §3, art. 41, inciso II, e art. 42 §2 da Lei n 14.133/2021**);

Possibilidade ou não de subcontratao e o limite da subcontratao (**Art. 122, da Lei n 14.133/2021**);

Exigência ou não de garantia da contratao (**Artigos 96 e seguintes da Lei n 14.133/2021**);

## **6.0 EXECUO DO OBJETO (Art. 6, XXIII, e da Lei 14.133/21)**

### **6.1 Condioes de Entrega:**

O prazo da locao será definido conforme a necessidade da Secretaria, por diária, a partir da emissão da ordem de serviço. O contrato poderá ter durao de até **12 (doze) meses**, nos termos do art. 106, §1, inciso I, da Lei n 14.133/2021, podendo ser prorrogado conforme interesse público e previsão contratual. Prazo de Execuo os serviços serão executados nas **reas indicadas pela Administrao**, incluindo vias urbanas e rurais do município (ou localidade correspondente), conforme cronograma estabelecido e comunicado com antecedência mínima de 24 horas. As condioes de execuo será que tenha a disposio a máquina justamente com o operador/motorista para a necessidade dos serviços da secretaria, conforme a secretaria solicitar, no prazo máximo de 2 (dois) dias para se apresentar ou justificar.

Será controlado o serviço por relatórios que será preenchido e entregue pelo secretario

### **6.2 Garantia, manuteno e assistência técnica**

(**Art. 40, III da Lei 14.133/21**).

Condioes de Manuteno e Assistência Técnica: A assistência técnica deve ser prestada pelo fornecedor, de forma gratuita, se o problema estiver dentro do período de e de responsabilidade do fabricante. O consumidor tem o direito de exigir reparo ou substituio do Serviço sem custos adicionais durante o período de serviço. A legislao assegura a proteo dos direitos do consumidor e a qualidade dos produtos/serviços fornecidos.

O prazo de garantia  aquele estabelecido na Lei n 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

## **7.0 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAO (Art. 6, XXIII, f da Lei 14.133/21)**

A entrega do objeto ou execuo dos serviços será acompanhada pela Comissão de recebimento, que promover o acompanhamento e a fiscalizao da sua execuo devendo obedecer sempre ao prazo previsto, estando em acordo deve apresentar a nota fiscal acompanhada das certidoes, em conformidade com o Art. 117 da Lei federal 14.133/2021.



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

As decisões e providências que ultrapassarem a competência da comissão designada para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao secretário da pasta, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

O Chefe do Poder Executivo, bem como Gestor designado, poderá nomear fiscal e gestor de contrato que atuarão em conformidade com o regulamento específico do Município.

## **8.0 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, g da Lei 14.133/21)**

### **8.1 Recebimento**

Nos termos dos arts. 140 a 144 da **Lei nº 14.133/2021**, o recebimento do serviço de locação de rolo compactador será realizado em duas etapas: **recebimento provisório** e **recebimento definitivo**, com base nos seguintes critérios:

#### **Recebimento Provisório do Serviço**

O **recebimento provisório** ocorrerá após a execução dos serviços diários ou por período contratual determinado (Diária), mediante **acompanhamento e conferência da fiscalização designada** pela Administração.

Serão verificados: Prestação dos serviços de compactação nas áreas previamente definidas;

Utilização efetiva do rolo compactador nas condições exigidas (tipo, potência, vibração, faixa de largura, etc.);

Registro de horas trabalhadas ou dias efetivos de operação, com assinatura do fiscal e do operador (quando aplicável);

Ausência de falhas que comprometam a execução dos serviços;

Boas condições operacionais do equipamento durante a prestação do serviço;

Cumprimento dos horários, rotas e metas previstas em cronograma (quando aplicável).

A fiscalização poderá emitir **relatório diário do serviço** realizado, que servirá como base para o recebimento provisório e posterior faturamento.

#### **Recebimento Definitivo do Serviço**

O **recebimento definitivo** do serviço será realizado **após o encerramento do período de execução previsto em contrato ou ordem de serviço**, desde que:

Haja a comprovação da execução integral dos serviços contratados;

Não tenham sido identificadas pendências técnicas ou operacionais nos relatórios de fiscalização;

Todas as áreas de serviço tenham sido atendidas adequadamente;

Tenham sido cumpridas todas as exigências contratuais e técnicas, inclusive a manutenção e reposição do equipamento, se necessário;

A contratada apresente toda a documentação exigida, como notas fiscais e relatórios consolidados das medições/execuções.

#### **Documentos Necessários para Recebimento do Serviço**

Para efeito de recebimento, a contratada deverá apresentar:

**Nota fiscal**, referente ao período de locação ou execução do serviço;

**Relatórios de medição dos serviços realizados**, com indicação das datas, locais atendidos e horas/dias de operação;

**Assinatura do fiscal responsável** nos boletins ou relatórios de acompanhamento;

Eventuais termos de ocorrência, substituição de equipamento ou ajuste contratual.

#### **Condições para Recusa do Recebimento**

A Administração poderá **recusar o recebimento provisório ou definitivo** nos seguintes casos:

Inexecução total ou parcial dos serviços contratados;

Inobservância das especificações técnicas ou do cronograma estabelecido;



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Apresentação de equipamento em mau estado ou com defeito durante o período contratado;  
Descumprimento das normas de segurança do trabalho ou ambientais;  
Falta de documentação exigida.

**Atesto do Serviço**

O **a testamento do serviço** será emitido pelo responsável da Administração, após verificação do cumprimento das obrigações pela contratada, e servirá como base para fins de pagamento, conforme previsto no contrato.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8.2 Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso IV do art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

O prazo de validade;

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, está ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **8.3 Prazo e Forma de Pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade do contratado indicada na licitação.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **9.0 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, h da Lei 14.133/21)**

A seleção do fornecedor é uma etapa crucial no processo de contratação pública, pois visa garantir que a Administração Pública escolha o fornecedor mais apto a cumprir as condições do contrato, ao melhor preço e com as melhores condições de qualidade, prazo e eficiência. A Lei nº 14.133/2021 estabelece diretrizes claras sobre os critérios e a forma de seleção do fornecedor, buscando promover a competitividade, a transparência e a isenção nas contratações.

### **9.1 Forma de Seleção**

A Lei nº 14.133/2021, em seu Art. 6º, XXIII, h, define que a forma de seleção do fornecedor será escolhida conforme o tipo de objeto a ser contratado, considerando a natureza do fornecimento e as necessidades do contrato.

As formas de seleção podem ser classificadas em dois tipos principais:

1. Pregão: Preferencialmente, a Administração Pública adotará o pregão como modalidade para contratações de bens e serviços comuns. O pregão pode ser realizado de forma presencial ou eletrônica, sendo utilizado principalmente para aquisição de produtos ou contratação de serviços comuns, cujos preços possam ser facilmente comparados.

2. Concorrência: Quando a contratação envolver bens ou serviços especiais, ou em casos de alta complexidade, pode ser realizada por meio da concorrência, onde todos os interessados, desde que atendam aos requisitos, podem participar. A concorrência é uma modalidade mais rigorosa, sendo necessária quando os requisitos do contrato exigem maior verificação da qualificação do fornecedor.

3. Outras Modalidades: A Lei nº 14.133/2021 também prevê outras modalidades de seleção, como a tomada de preços, convite, concurso, leilão, entre outras, dependendo das especificações do objeto a ser contratado e do valor envolvido.

### **9.2 Critérios de Seleção**

O critério de seleção visa garantir que o fornecedor escolhido seja o mais capacitado para cumprir o





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

contrato, atendendo às condições estabelecidas pela Administração. Os critérios de seleção podem ser definidos conforme o tipo de contratação e o objeto, e incluem:

1. Melhor Preço: O critério de menor preço é o mais comum, especialmente quando o objeto a ser contratado é de fácil padronização, como bens e serviços comuns. O fornecedor que apresentar a proposta com o menor preço, que atenda às condições de habilitação e aos requisitos técnicos do edital, será selecionado.

2. Melhor Técnica: Quando o contrato envolve serviços que demandam maior especialização técnica, a melhor técnica será o critério adotado para a seleção do fornecedor. Nesse caso, o julgamento das propostas leva em conta a qualificação técnica do fornecedor e sua capacidade para executar o objeto com excelência. O critério de melhor técnica pode ser combinado com o menor preço, formando uma proposta técnica e de custo.

3. Técnica e Preço: Em algumas situações, a Administração opta por um critério misto, combinando a qualificação técnica com o menor preço. Nesse caso, a proposta técnica (que avalia a competência, experiência e capacidade do fornecedor) é levada em conta, juntamente com o preço. Esse modelo é comum quando o objeto envolve complexidade técnica, mas também precisa ser viável economicamente.

4. Maior Lance ou Oferta: Este critério é utilizado, especialmente em leilões, quando a contratação envolve bens móveis, imóveis ou direitos a serem vendidos para a Administração Pública. No leilão, o fornecedor que apresentar o maior lance ou oferta será selecionado.

5. Maior Desconto: Quando o critério de seleção for baseado em desconto, o fornecedor que oferecer o maior desconto sobre os preços ou valores estabelecidos no edital será selecionado. Esse critério é comum em contratos de fornecimento contínuo, onde o valor do fornecimento é fixado inicialmente, mas o fornecedor oferece descontos para tornar a proposta mais competitiva.

6. Avaliação de Qualificação Técnica e de Cumprimento de Normas: Em determinados casos, o critério de seleção também pode se basear na qualificação técnica do fornecedor, incluindo a experiência prévia em contratos semelhantes, a qualificação de seus profissionais, a capacidade de produção e atendimento, e o cumprimento de normas ambientais, de saúde e de segurança.

### **9.3 Procedimentos para Seleção do Fornecedor**

O processo de seleção do fornecedor, além de definir o critério a ser utilizado, deve seguir uma série de procedimentos formais para garantir a legalidade e a transparência do processo licitatório, conforme os seguintes passos:

1. Publicação do Edital: O processo inicia com a publicação do edital, que deverá conter todas as informações essenciais sobre a contratação, como objeto, requisitos técnicos, condições de habilitação, critérios de julgamento, e prazo para submissão das propostas.

2. Recebimento das Propostas: Após a divulgação do edital, os fornecedores interessados apresentarão suas propostas conforme as condições estabelecidas. As propostas podem incluir documentos como preço, técnica, garantias, e outras condições necessárias.

3. Julgamento das Propostas: Após o recebimento das propostas, será realizado o julgamento com base no critério escolhido (menor preço, melhor técnica, técnica e preço, etc.). A comissão responsável pela seleção avaliará as propostas e classificará os fornecedores conforme os critérios estabelecidos no edital.

4. Habilitação: Após o julgamento das propostas, os fornecedores classificados serão habilitados para confirmar que atendem aos requisitos legais, técnicos e fiscais exigidos no edital. A habilitação será feita com base na documentação apresentada pelos fornecedores.

5. Adjudicação e Homologação: Concluído o julgamento e a habilitação, o vencedor será adjudicado o objeto da contratação, e o resultado final será homologado pela autoridade competente, permitindo o início da execução do contrato.

### **9.4 Garantias e Contratação**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece também que, dependendo do tipo de contrato, o fornecedor vencedor pode ser exigido a apresentar garantias de execução contratual, que visam assegurar o cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, como seguro- garantia, fiança bancária ou caução em dinheiro ou bens.



CNPJ: 01.592.473/0001-98

A seleção do fornecedor deve ser conduzida de forma transparente e isenta, garantindo a competitividade e a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública, sempre em conformidade com os princípios de moralidade administrativa, legalidade, impessoalidade e publicidade. Dessa forma, as contratações públicas têm como objetivo alcançar o melhor custo-benefício para a sociedade e evitar favorecimentos ou práticas fraudulentas.

A Previsão Orçamentária é um dos aspectos essenciais no planejamento e execução das contratações públicas, conforme estipulado pela Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos). O Art. 6º, XXIII, i trata da necessidade de assegurar que as contratações realizadas pela Administração Pública estejam em conformidade com as previsões orçamentárias, ou seja, que o processo licitatório tenha recursos financeiros já previstos e disponíveis no orçamento público para sua execução.

A Previsão Orçamentária refere-se à inclusão, dentro do orçamento público, de um valor específico destinado à realização de despesas com contratos administrativos, como contratações de obras, serviços, compras e alienações. Antes de iniciar qualquer processo licitatório, a Administração Pública deve assegurar que exista dotação orçamentária suficiente para cobrir as despesas com a contratação que será realizada, conforme as disposições legais que regem o orçamento público.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, para que a contratação pública seja válida, é imprescindível que a dotação orçamentária para o objeto da licitação esteja claramente prevista no orçamento anual da Administração, e que o montante financeiro necessário para a execução do contrato esteja disponível no momento da formalização do processo licitatório.

O cumprimento da Previsão Orçamentária obedece a alguns requisitos:

1. Dotação Orçamentária Específica: Deve ser especificado, no orçamento, um valor determinado e destinado ao objeto da licitação. A alocação de recursos precisa estar claramente identificada no orçamento aprovado para o exercício financeiro em questão (Lei Orçamentária Anual - LOA). Não é permitido iniciar um processo licitatório sem que haja uma previsão orçamentária correspondente.
2. Disponibilidade Financeira: A disponibilidade financeira se refere à existência de fundos suficientes no orçamento para o pagamento da despesa prevista. A Administração Pública não pode formalizar ou celebrar contratos caso não haja disponibilidade de recursos no orçamento ou crédito adicional para cobrir a despesa. A disponibilidade financeira deve ser verificada ao longo de todo o processo, desde a elaboração do edital até a assinatura do contrato.
3. Adequação aos Planos de Trabalho: A contratação deve estar alinhada com o planejamento orçamentário e com as ações previstas nos planos de trabalho das entidades públicas. Para que a contratação tenha validade, ela deve estar relacionada com os objetivos estabelecidos e as metas de execução financeira definidas para o exercício fiscal.

1. Verificação no Orçamento Anual: Antes de iniciar o processo licitatório, a autoridade responsável deve verificar se o valor necessário para a contratação está previsto no orçamento do exercício financeiro. Essa verificação é feita consultando a Lei Orçamentária Anual (LOA), que determina as receitas e as despesas que podem ser realizadas pelo poder público.

2. Cautela na Execução de Despesas: A Administração deve ter cautela para que, ao iniciar a licitação, o processo de execução das despesas esteja bem planejado e que a dotação orçamentária tenha sido apropriada corretamente para a execução do objeto. Isso implica na gestão adequada dos recursos, evitando que as contratações comprometam o equilíbrio fiscal.

4. Caso a previsão orçamentária inicial não seja suficiente para cobrir a despesa com a contratação, pode ser necessário solicitar créditos adicionais (suplementares ou especiais) ao orçamento, que autorizem a transferência de recursos para garantir a viabilidade da contratação. Nesse caso, o processo licitatório só pode ser iniciado após a devida alteração orçamentária.



5. Registro e Transparência: Todos os documentos que comprovem a previsão orçamentária (como relatórios orçamentários, notas fiscais, etc.) devem ser devidamente registrados e mantidos para auditoria e transparência do processo. A publicação dos valores e das previsões deve ser feita de forma acessível ao público, garantindo que o processo licitatório esteja em conformidade com os princípios da publicidade e da moralidade administrativa

#### **10.4 Exceções à Previsão Orçamentária**

A Lei nº 14.133/2021, em algumas situações, permite que a Administração Pública realize contratações sem a necessidade de previsão orçamentária prévia. Essas exceções são previstas para casos excepcionais, como:

1. Contratação Urgente: Em situações excepcionais e de urgência, como desastres naturais, emergências de saúde pública, ou outras situações imprevistas, a Administração pode realizar contratações sem a necessidade de previsão orçamentária previamente estabelecida. Nesse caso, o gestor público deve justificar a urgência e a necessidade da contratação para a sua efetivação imediata.

2. Créditos Adicionais: A falta de previsão orçamentária pode ser corrigida posteriormente com a abertura de créditos adicionais, ou seja, quando o orçamento é alterado para incluir novas despesas, com a devida autorização legislativa. No entanto, a execução do contrato só ocorrerá após a formalização dessa alteração no orçamento.

#### **10.5 Responsabilidades e Consequências**

O não cumprimento da previsão orçamentária pode acarretar diversas consequências jurídicas, financeiras e administrativas para os gestores públicos, incluindo:

1. Responsabilidade do Gestor: O gestor público que autorizar a realização de licitação sem que haja a devida previsão orçamentária poderá ser responsabilizado por irregularidades ou até mesmo por improbidade administrativa.

2. Invalidade do Contrato: Caso o contrato seja celebrado sem a previsão orçamentária necessária, este poderá ser considerado nulo ou irregular, o que poderá gerar a anulação do contrato e a restituição de valores pagos, com consequente responsabilização dos envolvidos.

3. Sanções Administrativas e Financeiras: A falta de previsão orçamentária também pode gerar sanções administrativas e financeiras, como o bloqueio de recursos, a suspensão de novos contratos e o controle rigoroso de novos processos licitatórios.

#### **10.6 Conclusão**

A Previsão Orçamentária é uma etapa essencial na contratação pública, uma vez que garante a legalidade, a regularidade fiscal e a responsabilidade da Administração Pública na gestão de seus recursos. O cumprimento das normas orçamentárias assegura que as contratações realizadas não ultrapassem os limites do orçamento aprovado, proporcionando transparência, responsabilidade fiscal e eficiência na execução dos contratos administrativos.

### **11.0 DAS PENALIDADES/SANÇÕES:**

O Art. 155 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelecem o regime de penalidades e sanções que podem ser aplicadas aos fornecedores ou contratados que descumprirem as cláusulas do contrato ou as disposições da legislação aplicável. As sanções visam garantir o cumprimento das obrigações contratuais e assegurar a moralidade, legalidade e eficiência na gestão pública.

#### **11.1 Tipos de Penalidades e Sanções**

A Lei nº 14.133/2021 enumera diversas penalidades que podem ser aplicadas, conforme a gravidade da infração cometida. Estas penalidades podem ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, dependendo da situação. As principais penalidades previstas no

Art. 155 da Lei nº 14.133/21 são:

1. Advertência: A penalidade mais branda, aplicada em situações em que a infração é de menor gravidade. A advertência tem caráter preventivo e educativo, sendo uma forma de alertar o contratado sobre o descumprimento de suas obrigações contratuais, sem acarretar efeitos financeiros significativos.



## MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE

Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.

CNPJ: 01.592.473/0001-98

2. Multa: A multa é uma penalidade financeira, aplicada quando o contratado descumprir as cláusulas do contrato ou as obrigações previstas na licitação. A multa pode ser de natureza compensatória ou punitiva, e seu valor deve estar previamente estipulado no contrato. A Lei nº 14.133/2021 permite a aplicação de multas em caso de: o Atraso na execução do objeto contratual. o Descumprimento de obrigações de qualidade, quantidade ou condições estabelecidas no contrato. o Inexecução parcial ou total do contrato. O valor da multa pode ser fixado de forma diária, mensal ou por frações do objeto contratado, conforme a natureza da infração.

3. Suspensão de direitos de contratar com a Administração Pública: Em casos mais graves de infração, o contratado pode ser suspenso de participar de novas licitações e contratos com a Administração Pública, por um período determinado, conforme o estabelecido no contrato. A suspensão pode ser temporária, e o contratado pode ter seus direitos de contratar restringidos por um prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da infração cometida.

4. Declaração de inidoneidade: Em casos extremamente graves de descumprimento, como fraude, corrupção ou comportamento desonesto, o contratado pode ser declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, indefinidamente. A declaração de inidoneidade é a penalidade mais severa e implica na proibição de participação em futuras licitações e contratos com qualquer órgão ou entidade pública.

5. Rescisão contratual: Em situações de descumprimento total ou parcial do contrato, a Administração Pública pode rescindir o contrato com o fornecedor, sem prejuízo de outras penalidades que possam ser aplicadas. A rescisão pode ocorrer por culpa do contratado ou por motivo de interesse público (ex.: necessidade de alteração do projeto ou serviços).

11.2 Hipóteses de Aplicação das Penalidades  
As penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 são aplicáveis em diferentes situações, tais como: 1. Inexecução do contrato: Quando o contratado não cumpre total ou parcialmente suas obrigações contratuais. A inexecução pode ser tanto parcial (em parte do objeto contratado) quanto total (em toda a execução do contrato).

2. Atraso na execução do contrato: Quando o contratado atrasar a entrega dos bens ou a execução dos serviços, em desacordo com o cronograma estabelecido no contrato, poderá ser penalizado com multa diária ou outras penalidades previstas.

3. Qualidade inferior ao estipulado: Quando os produtos ou serviços entregues não atendem às especificações técnicas estabelecidas no contrato, o contratado poderá ser multado e ser obrigado a corrigir as falhas, sob pena de aplicação de outras sanções.

4. Fraude ou falsificação de documentos: Se o contratado for responsável por fraudar ou apresentar documentos falsificados para fins de licitação ou execução contratual, poderá ser declarado inidôneo e ficar impedido de contratar com a Administração Pública.

5. Descumprimento das condições de habilitação: Caso se comprove que o contratado deixou de atender aos requisitos de habilitação ou se houver alteração nas condições que levaram à sua habilitação, o contrato pode ser rescindido e o fornecedor pode ser penalizado.

6. Irregularidades fiscais ou trabalhistas: O não cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas do contratado, como a falta de pagamento de tributos ou direitos dos trabalhadores, poderá resultar em penalidades severas, incluindo a declaração de inidoneidade.

11.3 Procedimento para Aplicação das Penalidades O procedimento para a aplicação das penalidades deve seguir as normas de devido processo legal e direitos de defesa ao contratado, que deve ser notificado das infrações cometidas e ser dado o direito de justificar e contestar a penalidade proposta. O processo de aplicação de penalidades envolve as seguintes etapas:

1. Notificação do Contratado: O contratado deverá ser notificado formalmente sobre a infração cometida, com a descrição da infração e a penalidade que está sendo aplicada, concedendo-lhe o prazo para manifestação e defesa.

2. Manifestação do Contratado: O contratado tem o direito de apresentar sua defesa, seja para contestar a infração, justificar o descumprimento, ou apresentar atenuantes para a aplicação da penalidade.

3. Análise da Defesa: A Administração Pública analisará as justificativas ou defesas apresentadas pelo



## MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE

Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.

CNPJ: 01.592.473/0001-98

contratado e tomará uma decisão sobre a aplicação ou não da penalidade.

4. Decisão Administrativa: A autoridade competente da Administração Pública decidirá sobre a aplicação ou não da penalidade, levando em conta os argumentos apresentados pelo contratado e as provas disponíveis.

5. Imposição da Penalidade: Após a decisão administrativa, a penalidade será formalmente aplicada, podendo ser uma multa, suspensão de direitos, rescisão contratual ou outra sanção.

11.4 Consequências da Não Aplicação das Penalidades  
A não aplicação das penalidades previstas em caso de infração pode resultar em:

1. Prejuízos para a Administração Pública: A não imposição de penalidades pode gerar distorções no processo contratual, permitindo que fornecedores descumpram suas obrigações sem sofrer as consequências legais.

2. Ineficácia das Licitações: A falta de aplicação das penalidades pode afetar a eficácia e a credibilidade do processo licitatório, prejudicando a competitividade e a transparência nas futuras contratações públicas.

11.5 Considerações Finais As penalidades previstas pela Lei nº 14.133/2021 visam garantir a regularidade e a eficácia das contratações públicas, estabelecendo um sistema de sanções proporcional à gravidade das infrações cometidas. A aplicação adequada das penalidades é essencial para manter a integridade dos processos licitatórios e para assegurar que os contratos sejam cumpridos de acordo com as condições previamente estabelecidas. As penalidades também funcionam como um mecanismo de prevenção de irregularidades, desestimulando o descumprimento contratual e promovendo um ambiente de maior transparência e responsabilidade na gestão pública.

Pimenteiras do Oeste, 15 de julho de 2025

Elaborado por: Daniely Camacho Machado

Aprovado por: MAURO CESAR COSTA



**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº. 22/2025**  
**DATA DE ELABORAÇÃO: 14/07/2025**

**Observações Iniciais:**

Conforme disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº. 198/2023, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's).

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação e embasar o termo de referência/projeto básico/plano de trabalho, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP é importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais/equipamentos/serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, além de analisar as contratações anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução do objeto.

**2-CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:**

Serviços de terceiros - pessoa Jurídica.  
Locação de Máquina.

**3- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:**

A presente contratação se faz necessária para atender à demanda de serviços de compactação de solo, de infraestrutura e manutenção viária. A utilização de um rolo compactador é indispensável para assegurar a uniformidade e a densidade adequada do solo, promovendo maior resistência mecânica e evitando problemas futuros como recalques e deformações. O equipamento será empregado em atividades que exigem alto desempenho na preparação de bases e sub-bases, contribuindo para a qualidade, durabilidade e segurança das intervenções realizadas, e a nossa secretaria não tem esse equipamento.

**4- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

A referida despesa está prevista no PAC na classificação orçamentária 33.90.39.99 outro serviço de terceiro de pessoa jurídica.

Valor inicial e total disponível R\$ 2.105.748,06 (dois milhões, cento e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e seis centavos).

Conforme demonstrado neste link, PAC Obras/SEMOSP.

[https://transparencia.pimenteirasdoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id\\_doc=006727&extencao=PDF](https://transparencia.pimenteirasdoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=006727&extencao=PDF)



## **5- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

Para uma empresa interessada em fornecer serviços de locação de máquina pesada, é essencial atender a uma série de requisitos para garantir operações seguras, legais e eficazes. Aqui estão alguns dos requisitos fundamentais:

**Registro e Licenciamento:** A empresa deve estar registrada e licenciada de acordo com as leis e regulamentos locais para operar no setor de locação de equipamento pesado.

**Manutenção e Inspeção:** A empresa deve implementar um programa de manutenção rigoroso para garantir que a máquina pesada esteja em boas condições de funcionamento e em conformidade com os padrões de segurança. Além disso, é importante realizar inspeções regulares para identificar e corrigir quaisquer problemas potenciais.

**Documentação Completa do Equipamento:** A máquina pesada disponível para locação devem vir acompanhados de documentação completa e atualizada, incluindo registros de manutenção, certificados de inspeção e licenças de operação, quando aplicável.

**Treinamento dos Operadores:** A empresa deve garantir que os operadores de seu equipamento seja devidamente treinado para operar a máquina. Isso ajuda a garantir a segurança durante o uso e minimiza o risco de acidentes.

**Conformidade com Regulamentações Ambientais e de Segurança:** É fundamental cumprir todas as regulamentações ambientais e de segurança relevantes, incluindo normas de emissões de poluentes, disposições de segurança no local de trabalho e diretrizes de segurança operacional para cada equipamento.

**Contratos Claros e Transparentes:** Todos os contratos de locação devem ser claros, transparentes e abordar detalhes importantes, como taxas de locação, responsabilidades do locador e do locatário, período de locação, políticas de cancelamento e condições de devolução do equipamento.

Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade sejam compatíveis com o objeto desta Licitação e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação para habilitação.

Demais requisitos descritos no Termo de Referência.

## **6- LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

Através de pesquisas outra opção para solução do problema seria a aquisição de máquinas para compor a frota da secretária.

- Cotação feita via whatsapp nº (69)992585189, empresa WD Empreendimentos LTDA.

- Cotação, compra de processo anterior 39/23

[https://www.doresdoindaia.mg.gov.br/painel\\_dados/twd\\_licitacoes/12042024-011046/contratos/1246a9fa6c2dbdc08449d93a4e817d12.pdf](https://www.doresdoindaia.mg.gov.br/painel_dados/twd_licitacoes/12042024-011046/contratos/1246a9fa6c2dbdc08449d93a4e817d12.pdf)

## **7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:**

Item	Descrição	UND	QTD
01	LOCACAO DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO. Potência básica líquida 100 HP, Peso Bruto 10.380 KG, MOTOR A DIESEL, BOM	DIAS	180



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM CUSTO DE MANUTENÇÃO, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, DESLOCAMENTO, COMO TAMBÉM OPERADOR DE MÁQUINAS, POR CONTA DA EMPRESA CONTRATADA. OBS:A quantidade de diárias/Rolo compactador, serão solicitadas de acordo com a demanda da administração municipal		
--	--	--

**\*\*obs: os abastecimentos ocorrerão por conta da secretaria de Obras/SEMOSP.**

Conforme contratações anteriores de serviços fica estimado as quantidades de diárias para locação. A quantidade solicitadas referenciadas ao processo de execução foram retiradas do processo do ano passando, justificamos o aumento de diárias não forma suficientes no processo anterior sendo assim o aumento do quantitativo.

Ref. processo 1-39/2023

#### **8- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

Valor total por 180 diárias: R\$ 158.819,40 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e dezenove reais e quarenta centavos), valor este calculado conforme o valor das três empresas sendo este somente um valor estimado, o valor real será o da cotação realizada pelo setor de compras.

Valores das empresa anexo à o processo em PDF.

#### **9- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

A solução proposta envolve a locação de máquina pesada, rolo compactador. Esse equipamento é essencial para a realização de obras de infraestrutura e manutenção urbana e rural. A locação inclui a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, garantindo sua disponibilidade e operação eficiente por conta da contratada.

Esta contratação não depende de outra, a empresa ganhadora terá que ter pessoal capacitado que dirija a máquina, se a máquina chegar parar por motivos de manutenção o concerto será de responsabilidade da empresa, e os dias que ficar parada não será remunerada, foi solicitada 180 diárias que serão usufruídas conforme a necessidade da secretaria.

#### **10- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

O parcelamento da licitação de locação máquina pesada pode oferecer uma série de benefícios, incluindo melhor planejamento financeiro, redução de impactos financeiros imediatos, acesso a recursos específicos e flexibilidade na implementação de projetos. Essa abordagem pode ser especialmente útil para órgão que enfrenta restrições orçamentárias ou que desejam maximizar a eficiência na locação de bens e serviços.

#### **11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Será através de contratação interdependentes, que serão feitas conforme necessidade do órgão contratante.

#### **12- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:**

Esta contratação está alinhada com o planejamento e LOA de orçamento 2024 em contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica.

#### **13- RESULTADOS PRETENDIDOS:**





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

A contratação da locação de **01 (um) rolo compactador autopropelido** visa atender às demandas operacionais da Administração na execução de obras e serviços de infraestrutura, especialmente em: **Melhorias, recuperação e manutenção de vias urbanas e rurais** não pavimentadas; **Serviços de terraplenagem, nivelamento e preparação de solo** para futuras pavimentações ou obras civis; **Redução de custos operacionais**, por meio da locação de equipamento com maior eficiência, produtividade e menor tempo de execução; **Agilidade e continuidade na execução de serviços públicos essenciais**, mesmo diante da indisponibilidade de maquinário próprio ou da ineficiência de equipamentos antigos. A utilização do equipamento deve resultar em **ganhos de produtividade, qualidade e durabilidade dos serviços realizados**, refletindo diretamente na **melhoria da trafegabilidade, segurança viária e acesso de moradores a serviços públicos e escoamento da produção rural**. Com isso, a Administração espera garantir **eficiência, economicidade e efetividade na execução dos serviços públicos**, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### **14- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:**

Antes de celebrar um contrato de locação de máquina pesada, é importante tomar algumas providências para garantir que o processo seja transparente, eficiente e legalmente seguro.

##### **Análise dos Requisitos da Prefeitura:**

Entender completamente as necessidades da Prefeitura em termos de máquina pesada. Isso inclui o tipo de equipamento necessário, a duração da locação, as condições de pagamento, entre outros aspectos.

##### **Elaboração de Proposta:**

Preparar uma proposta detalhada que inclua todos os serviços e equipamentos que serão fornecidos, juntamente com os termos e condições da locação, como prazos, preços e cláusulas de rescisão.

##### **Verificação da Documentação Necessária:**

Certificar de que a empresa está em conformidade com todas as regulamentações e requisitos legais para fornecer serviços de locação. Isso pode incluir licenciamento comercial, seguro adequado, registros fiscais, entre outros.

##### **Negociação de Termos Contratuais:**

Negociar os termos do contrato com de forma transparente e aberta. Certificando - se de que todas as partes envolvidas compreendam e concordem com os termos e condições estabelecidos.

##### **Revisão Legal:**

Submeta o contrato a uma revisão legal por parte do jurídico. Isso garantirá que o documento esteja em conformidade com as leis locais e que os interesses estejam protegidos.

##### **Assinatura do Contrato:**

Após todas as etapas anteriores terem sido concluídas satisfatoriamente, proceda à assinatura do contrato por todas as partes envolvidas. Certifique-se de que todas as cópias do contrato estejam devidamente assinadas e arquivadas para referência futura.

##### **Implementação e Acompanhamento:**

Uma vez celebrado o contrato, inicie a implementação dos serviços conforme acordado. Mantenha uma comunicação aberta com a empresa durante todo o período de locação e esteja preparado para fazer ajustes conforme necessário.

#### **15- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:**

Como se trata de locação de máquina pesada, para manutenção e conservação de ruas, avenidas e estradas não causara impactos ambientais, pois essa manutenção será em vias já existentes aplicando apenas Patroamento, limpeza, compactação e atendimentos aos produtores, e esta máquina fará parte de todas estas manutenções.



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

A manutenção do mesmo é de responsabilidade da contratada sendo assim o descarte correto de materiais usados nas manutenções.

**16- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:**

Considerando a evidente necessidade da contratação de Empresa Especializada na Locação de Máquina para elaborar às demandas da SEMOSP, e que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente contratação, conclui-se pela total viabilidade da contratação pretendida.

Destaca-se ainda que a prestação do serviço não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Conforme pesquisa de mercado verificou-se que as demandas de locação são maiores que a de aquisição considerando assim a melhor escolha será pela locação de maquinas e veículos pesados.

**17- ANEXOS**

Anexo de fotos e soma de valores estimados no ID nº 279393

**18- RESPONSÁVEIS:**

Mauro Cesar Costa - Secretário SEMOSP  
Daniely Camacho Machado- Administrativo



**ANÁLISE DE RISCO**

**RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO 394/2025-SEMOSP**

**01 - Risco - Fase de Planejamento;**

<b>Risco 1</b>	<b>Deficiência na definição da demanda</b>	
<b>Probabilidade</b>	Alta ( )	<b>Dano potencial</b>
	Média ( )	Superdimensionamento da demanda
	Baixa ( x )	
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Qualificação da equipe de planejamento; conhecimento do escopo.		Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Restabelecimento da demanda		Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Risco 2</b>	Não aprovação do Estudo Técnico ou do Termo de Referência.	
<b>Probabilidade</b>	Alta ( )	<b>DANO POTENCIAL</b>
	Média ( )	
	Baixa ( X )	
		Atraso no processo de contratação e, conseqüentemente, atraso no recebimento
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Instruir o Estudo Técnico e o Termo de Referência em estrita aderência às disposições dos normativos aplicados à contratação		Equipe de Planejamento da Contratação e administrativos
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Qualificação da equipe em ETP e TR		Equipe de Planejamento da Contratação e administrativos

**2 - Risco - Fase de Licitação;**

<b>Risco 3</b>	Deficiências do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros	
<b>Probabilidade</b>	Alta ( )	<b>Dano potencial</b>
	Média ( )	Encerramento da licitação
	Baixa ( x )	
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Capacitar servidores		Equipe de licitação
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Suspender licitação	Equipe de licitação
---------------------	---------------------

### 3 - Risco - Gestão de Contrato;

<b>Risco 4</b>	Inércia Frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato	
<b>Probabilidade</b>	Alta ( )	<b>Dano potencial</b>
	Média ( x )	Deficiência na prestação dos serviços, Prejuízos Financeiros
	Baixa ( )	
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Capacitar servidores em fiscalização de contratos.		Fiscal e Gestor do contrato
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Aplicar sanções administrativas		Fiscal de contrato

<b>Risco 5</b>	Veículos em péssimo estado de conservação	
<b>Probabilidade</b>	Alta ( x )	<b>Dano potencial</b>
	Média ( )	Deficiência na frota
	Baixa ( )	
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Relatório fotográfico e histórico de manutenção		Equipe de Fiscalização
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Anular contrato		Fiscalização de contrato

### 4 - Risco - Recebimento e Distribuição;

<b>Risco 6</b>	Execução	
<b>Probabilidade</b>	Alta ( )	<b>Dano potencial</b>
	Média ( )	Serviço executado irregular
	Baixa ( x )	
<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
Acompanhar execução in loco		Fiscal e Secretário
<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
Notificar empresa		Fiscal e Secretário

### Avaliação Qualitativa dos Riscos

A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

PROBABILIDADE DE RISCOS		
BAIXA	MODERADA	ALTA
Risco 1	Risco 4	Risco 5
Risco 2	-	-
Risco 3	-	-
Risco 6	-	-



**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº - SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº (000), sediada (Endereço Completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**

Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.

CNPJ: 01.592.473/0001-98

Pregão Eletrônico 010/2025

38

15/04/2025



**ANEXO III – DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

**Observação:** Aplicar o disposto nos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 42. Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no TÍTULO IV - DAS IRREGULARIDADES - CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei no 14.133, de 01 de abril

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

**1 - CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO**

**1.1.** A empresa vencedora do Pregão deverá anexar no site eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, até duas (02) horas após o encerramento da disputa, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, e as documentações de habilitação descritas no subitem 1.2., sendo que somente em casos excepcionais e devidamente justificado será permitido o envio dos mesmos pelos e-mails: [pregoaria@pimenteirasdoeste.ro.gov.br](mailto:pregoaria@pimenteirasdoeste.ro.gov.br) ou [cplpimenteiras@gmail.com](mailto:cplpimenteiras@gmail.com)

**Para habilitarem-se no certame, os interessados deverão apresentar os documentos abaixo:**

**1.2. HABILITAÇÃO:**

Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
Certidão Negativa de Tributos Estaduais (fins de licitação);
Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;
Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR);
Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação (ver modelo conforme <b>Anexo II</b> )

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP) (ver modelo conforme <b>Anexo VII</b> );
Declaração do Menor de acordo com o Artigo 7º, Inciso XXXIII, da constituição Federal de 1988. Conforme modelo anexo VI.
Declaração de Inexistência de Servidores Públicos do Quadro de Pessoal, conforme <b>Anexo VIII</b>
Declaração de Inidoneidade conforme modelo constante do <b>Anexo IX</b>
Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que fornece ou já forneceu produtos/serviços.
Balanco Patrimonial em conformidade com o artigo 69 da Lei 14.133/2021

1.3. Balanco Patrimonial em conformidade com o artigo 69 da Lei 14.133/2021, comprovando os seguinte índices:

a) A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, devendo obter resultado superior a 1 (um):

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos, juntado ao balanço.

b) **Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral).**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**1.4. Atendendo as normas dos Convênios Federais e Estaduais como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.**

a) Serão consultados, pelo pregoeiro, para fins de habilitação e constitui meio de provas:

**I. SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores;**  
<https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>

**II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;** ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;**  
([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))

b) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

**b.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**b.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**b.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

**b.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**OBS. Com o advento da Lei nº 13.726/2018, a autenticação cartorária deixa de ser obrigatória, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;**

**1.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda autenticada por servidor da Administração Pública de qualquer das esferas públicas.

**1.5.1.** Sugere-se que as cópias apresentadas já venham autenticadas por cartório, com vistas à agilizar os procedimentos de análise da documentação.

**1.6.** O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

**1.7.** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

**1.8.** Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023

Pregão Eletrônico 010/2025

44

15/04/2025



ANEXO IV

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 010/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025

Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_  
Razão Social: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_ OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_  
Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Fone/Fax: \_\_\_\_\_ E-MAIL: \_\_\_\_\_  
Conta Corrente nº \_\_\_\_\_ Agência nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_  
Nome completo do responsável legal da empresa: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS:**

Lote 01						
Ítem	Descrição	Marca	Quant.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
01	Locação de 01 (um) rolo compactador pé de carneiro. Potência básica líquida 100 hp, peso bruto 10.380 kg, motor a diesel, bom estado de conservação, com custo de manutenção, reposição de peças, deslocamento, como também operador de máquinas, por conta da empresa contratada. Obs: a quantidade de diárias/rolo compactador, serão solicitadas de acordo com a demanda da administração municipal		180	Dias		

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

**Valor Total do Lote : .....**

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: .....**

As despesas decorrentes da contratação dos serviços do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2025.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

A empresa \_\_\_\_\_ declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.

**DA ENTREGA DO OBJETO:** Os itens solicitados deverão ser entregues no almoxarifado municipal, Rua Francisco Mendes Nery, anexo a secretaria de obras, no horário das 07h00min às 13h00min horas de segunda a sexta-feira.

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de duração do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do Termo Contratual.

**DA GARANTIA: Conforme termo de referencia.**

**Prazo de validade da proposta:** 60 dias.

**Condições de Pagamento:** Conforme termo de referencia.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023

Pregão Eletrônico 010/2025

47

15/04/2025



ID: 273697 e CRC: 4DBB85A0

**ANEXO V**

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIMENTEIRAS DO OESTE - RO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

**CONTRATO PARA QUE ENTRE SI FAZEM O PREFEITURA DE  
PIMENTEIRAS DO OESTE - RO E A EMPRESA \_\_\_\_\_**

O MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob nº 01.592.473/0001-98, com sede na Avenida Brasil, 893, Bairro Centro - Pimenteira do Oeste - RO, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **Valeria Aparecida Marcelino Garcia**, brasileira, casada, Agente Político, portador da Cédula de Identidade RG sob o nº xxxx sob o nºxxxxxxxx, residente e domiciliado sito à Rua Francisco xxxx nº xxx - Centro, nesta cidade de Pimenteiras do Oeste (RO), doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), [Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023](#), Decreto

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Municipal Nº 200/2023 de 28 de dezembro de 2023, Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31/03/2023, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20/09/2019, Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de Outubro de 2016, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº - SRP 010/2025 Processo 394/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO** ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é objeto o **Registro de Preços para locação de máquina pesada( rolo compactador) para atender as demandas da Obras/SEMOSP. (SEMOSP), Valor estimado R\$ 219.600,00 ( Duzentos e dezenove mil e seiscentos reais)..**nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 106 da Lei nº 14.133/2021.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, admitida somente em casos excepcionais e devidamente justificada nos autos mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal;

4.1.1. A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato

4.1.2. A subcontratação admitida nos casos excepcionais depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.1.3. Para cumprimento do previsto no subitem anterior o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

4.2. É vedada qualquer subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO e DA RETENÇÃO DOS IMPOSTOS**

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (    )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

5.4. Da retenção dos impostos:

- a) Será efetuado a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda – IR quanto aos pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, com base nas premissas constantes na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012 e seus anexos, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal. Em conformidade com o Decreto Municipal Nº 160/2023 de 31 de Outubro de 2023;
- b) Serve o presente como comunicação às pessoas jurídicas contratadas para que observem o disposto no Decreto retromencionado.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO** ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE** ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do Orçamento Estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Geral de Preços do Mercado IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE** ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO** ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto em conformidade com o estabelecido no edital e termo de referência;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO** ([art. 92, XII e XIII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**10.2. DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Os materiais/produtos / serviços ficam isentos de apresentação de garantia e assistência técnica.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

“d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**IV. Multa:**

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;

2. moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL** ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

*13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos .*

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento nos sites oficiais, na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO** ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro do Município de Cerejeiras - RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

17.2. E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, com um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Pimenteiras do Oeste - RO, [dia] de [mês] de [ano].

Pela Contratante:

Pela Contratada:

Função

Prefeita Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª. \_\_\_\_\_

2ª. \_\_\_\_\_

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023

Pregão Eletrônico 010/2025

64

15/04/2025





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Visto: Procurador Jurídico.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023

Pregão Eletrônico 010/2025

65

15/04/2025



ID: 273697 e CRC: 4DBB85A0

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

**DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CF**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: nº \_\_\_\_\_, sediada a \_\_\_\_ (endereço completo)\_\_\_\_, (município), declara, em atendimento ao exigido no Edital de Licitação na Modalidade Pregão em sua forma Eletrônica sob - SRP 010/2025, que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos em trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, e nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, em conformidade com o **Inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO  
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
(NA HIPÓTESE DO LICITANTE SER UMA ME OU EPP)**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 394/2025**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, que estou(amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS NO QUADRO DE  
PESSOAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: nº \_\_\_\_\_, sediada a  
\_(endereço completo)\_, (município), declara sob as penas da Lei, em atendimento ao exigido no  
Edital de Licitação de **Pregão em sua forma Eletrônica - SRP 010/2025**, que não possui em seu  
quadro de pessoal, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado do Poder Executivo do  
Município PIMENTEIRAS DO OESTE – RO, ou Sociedade de Economia Mista do Órgão  
Contratante, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº - SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_ (endereço completo) \_\_, (município), Estado de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, através de seu representante legal abaixo assinado, com cumprimento na Lei e do Edital DECLARA, sob as penas da lei, que: Está apta a tomar parte do processo licitatório, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como que até a presente data não sofreu quaisquer punições junto a Prefeitura Municipal de Pimenteiras do Oeste – RO.

O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Nome Completo do Proprietário ou Representante Legal e Qualificação na Empresa

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**ANEXO X**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº SRP 010/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº394/2025**

O MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE, sediada Avenida Brasil, 893- Bairro Centro, CEP 79.997-000, inscrito no CNPJ/MF sob N ° 01.592.473/0001-98, neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202...., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, sob REGISTRO DE PREÇOS nº 010/2025, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º394/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021](#), [Lei nº 14.770, de 22 de dezembro de 2023](#), Decreto Municipal Nº 200/2023 de 28 de dezembro de 2023, Decreto Federal nº 11.462/2023 de 31/03/2023, Decreto Federal nº 10.024/2019 de 20/09/2019, Artigos 42, 43, 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014, Lei Complementar nº 155 de 27 de Outubro de 2016, e demais legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para locação de máquina pesada( rolo compactador) para atender as demandas da Obras/SEMOSP. (SEMOSP), Valor estimado R\$ 219.600,00 ( Duzentos e dezenove mil e seiscentos reais),** especificados no item 01

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação Nº SRP 010/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## **2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## **3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE**

3.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Obras (SEMOSP)**

## **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

**Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

**Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

**5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023





**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que: Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Ítem	Descrição	Marca	Quant.	Unid.		Preço Total

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023

Pregão Eletrônico 010/2025

80

15/04/2025



ID: 273697 e CRC: 4DBB85A0



**MUNICÍPIO DE PIMENTEIRAS DO OESTE**  
Av. Brasil, nº 893 – Bairro Centro, CEP 79.997-000.  
CNPJ: 01.592.473/0001-98

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Mauro Cesar Costa  
Secretário de Obras  
Decreto: 103/2023

Pregão Eletrônico 010/2025

81

15/04/2025



ID: 273697 e CRC: 4DBB85A0





# Município de Pimenteiras do Oeste

01.592.473/0001-98

Av. Brasil, 893 - Centro

[www.pimenteirasdooeste.ro.gov.br](http://www.pimenteirasdooeste.ro.gov.br)

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data	
<b>Edital</b>	<b>05</b>	<b>16/06/2025</b>	
ID:	<b>273697</b>	Processo	Documento
CRC:	<b>4DBB85A0</b>		
Processo:	<b>1-394/2025</b>		
Usuário:	<b>Daniely Camacho Machado</b>		
Criação:	<b>16/06/2025 10:26:57</b>	Finalização:	<b>16/06/2025 10:30:38</b>
MD5:	<b>586EFED105E71AA60D71CE1DF95A1DC1</b>		
SHA256:	<b>2720BA356C5F331A23E48664A8FEB1ADB507D1E7994BB72EAD7BE4A993298A8D</b>		
Súmula/Objeto:	<b>Edital</b>		

### INTERESSADOS

MAURO CESAR COSTA	PIMENTEIRAS DO OESTE	RO	16/06/2025 10:26:57
-------------------	----------------------	----	---------------------

### ASSUNTOS

REGISTRO DE PREÇO	16/06/2025 10:26:57
-------------------	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [transparencia.pimenteirasdooeste.ro.gov.br](http://transparencia.pimenteirasdooeste.ro.gov.br) informando o ID 273697 e o CRC 4DBB85A0.